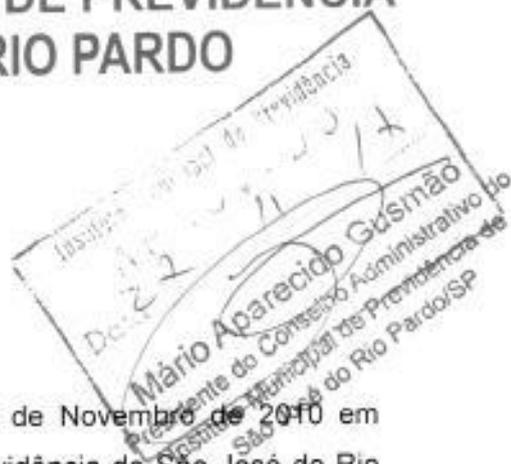




INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

Política Anual de Investimentos Exercício 2018



1 Introdução

De acordo com a Resolução CMN nº 3.922/10, de 25 de Novembro de 2010 em conformidade com o Art. 5º, o Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, apresenta a Política de Investimentos para o **ano de 2018**, devidamente aprovada pelo órgão superior de supervisão e deliberação.

Os investimentos obedecerão às diretrizes e princípios contidos nesta Política de Investimentos, estabelecida em consonância com os dispositivos da legislação específica em vigor.

A Política de Investimento atende à formalidade legal que direciona todo o processo de tomada de decisões, gerenciamento e acompanhamento dos recursos previdenciários a fim de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos.

2 Objetivos

O objetivo da Política de Investimentos é de estabelecer as diretrizes e linhas gerais relativas à gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas dos planos de benefícios do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, levando-se em consideração os princípios da boa governança, além das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Constitui-se em instrumento que visa proporcionar uma melhor definição das diretrizes básicas e os limites de risco a que serão expostos o conjunto dos investimentos com foco na busca da rentabilidade a ser atingida para superar a meta atuarial do plano de benefício.

No intuito de alcançar a meta atuarial estabelecida para as aplicações do RPPS, a estratégia de investimento deverá prever diversificação, tanto no nível de classe de

ativos quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores, com vistas a maximizar a relação risco-retorno do montante total aplicado. Sempre serão considerados como itens fundamentais de aplicação dos recursos a taxa esperada de retorno e os riscos a ela inerentes, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, com especial ênfase no médio e longo prazos.

3 Da Gestão

Como forma de cumprir a Política de Investimentos no que tange especificamente à alocação dos recursos garantidores da Entidade, O Comitê de Investimento do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo definirá estratégias de gestão de alocação de recursos que leve em consideração os seguintes aspectos:

- a) Projeções do fluxo de caixa;
- b) Tendências e comportamento das taxas de juros;
- c) Perspectivas do mercado de renda fixa e variável;
- d) Cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo; e
- e) Níveis de exposição ao risco dos ativos.



3.1 Objetivo

O retorno mínimo esperado pela aplicação financeira dos recursos do RPPS para o **exercício de 2018**, na busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial, será de **6% (seis por cento), acrescido da variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor**.

A alocação de recursos entre os segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, tem o objetivo de garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre os ativos administrados e as correspondentes obrigações passivas e outras obrigações, considerados aspectos como o grau de maturidade dos investimentos realizados/a realizar, o montante dos recursos aplicados e o risco das aplicações.

3.2 Modelo

De acordo com o Art. 15º, § 1º, inciso I da resolução 3.922/10, o Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo adota para a administração dos recursos garantidores das reservas técnicas do plano de benefícios do RPPS adota a gestão própria, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão.

3.3 Dos Recursos Garantidores

Deverão ser observados os critérios para escolha das Instituições Financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários, que receberão os recursos previdenciários, dentre outros critérios:

- a) Solidez patrimonial da entidade;
- b) Por volume de recursos administrados;
- c) Experiência positiva da atividade de administração de recursos de terceiros;
- d) Experiência na gestão de recursos de RPPS; e
- e) Experiência na Gestão de Previdência Pública.

3.4 Acompanhamento / Relatórios

Seguindo os preceitos da Resolução CMN nº: 3.922/10, o acompanhamento da gestão dos recursos garantidores será feito por meio de:

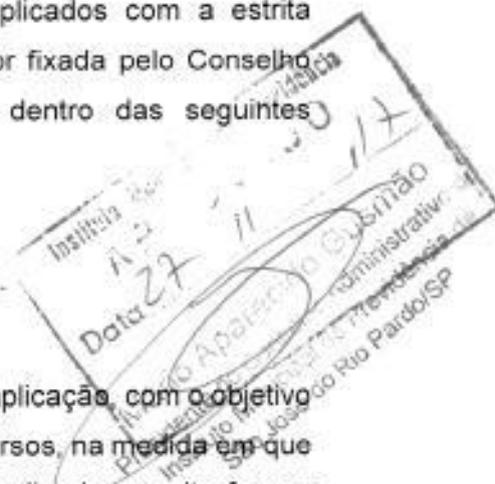
- 1) Relatório detalhado contendo informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações, a ser remetido mensalmente pelas Instituições Financeiras onde os recursos estiverem aplicados;
- 2) Trimestralmente, o Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo elaborará relatórios trimestrais detalhados, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas no período;

3.5 Diretrizes

As diretrizes de alocação de recursos pelos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável serão definidas periodicamente pelos responsáveis pela gestão dos recursos.

Todavia, alguns pontos básicos, para ambos os segmentos, podem ser elencados, conforme se segue:

- a) Os recursos garantidores das reservas técnicas do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo serão aplicados com a estrita observância do estabelecido na legislação em vigor fixada pelo Conselho Monetário Nacional e poderão ser distribuídos dentro das seguintes categorias de aplicação:
 - a) Títulos Públicos Federais;
 - b) Fundos de Investimentos Financeiros.
 - c) Caderneta de Poupança
- b) As aplicações serão segmentadas por categoria de aplicação, com o objetivo de conferir maior eficiência à administração dos recursos, na medida em que a flexibilidade conferida pela administração individualizada permite formar um composto adequado ao atendimento dos requisitos de rentabilidade, segurança e liquidez.
- c) A *performance* será medida pela comparação do rendimento de cada segmento com seu respectivo benchmark além da comparação com outros produtos de investimentos com características similares (categoria e classe de ativos)
- d) Serão tratados de forma diferenciada os investimentos realizados em Fundos de Investimentos Fechados e ativos que possuam carência ou qualquer tipo de mecanismo que não permita o resgate dos recursos e crédito desses em conta corrente em prazo inferior a 5 dias. Sendo que alocações nesses produtos deverão ser comunicadas ao Conselho Administrativo de forma tempestiva e antes da referida aplicação



3.6 Gerenciamento de Riscos

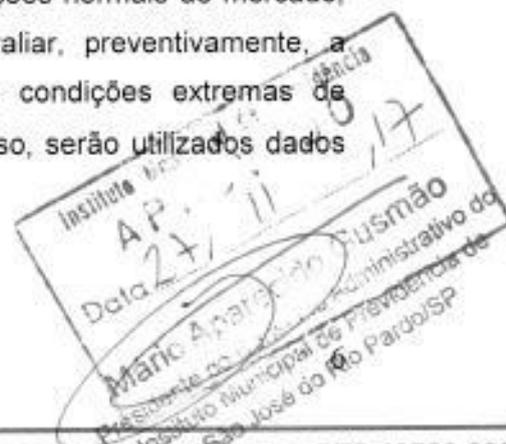
Definimos Risco como a probabilidade estatística do retorno esperado por um investimento não se realizar.

Dentre os riscos previstos no mercado financeiro aos quais os recursos do RPPS estarão expostos podemos enumerar:

- Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos;
- Risco sistêmico ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo;
- Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença;
- Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo;
- Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo;
- Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez;
- Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito à interpelação judicial.

Para avaliação dos riscos da carteira de investimentos será utilizada a métrica do Valor em Risco (*Value-at-Risk* – VaR), objetivando-se estimar a perda potencial máxima, dentro de um horizonte temporal, que a carteira de investimentos do IMP pode vir a sofrer, dentro de um determinado intervalo de confiança.

Dado que a métrica de VaR é aplicável somente em condições normais de mercado, serão realizados testes de *estresse* que possibilitem avaliar, preventivamente, a performance teórica das carteiras de investimentos sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos. Para isso, serão utilizados dados retrospectivos, além de projeções macroeconômicas.



4 Cenário Macroeconômico

CENÁRIO INTERNACIONAL

Nos EUA

Indicadores de confiança seguem em alta nos Estados Unidos, Zona do Euro e China. Isso sugere manutenção do crescimento econômico nos próximos trimestres. Eventos climáticos (furacões) adiaram o debate sobre a política fiscal nos Estados Unidos. Ainda nos Estados Unidos, mesmo com a gradual recuperação da inflação, o FED sinalizou uma nova alta na taxa de juros em dezembro deste ano.

Na Europa

As atenções do mercado estarão voltadas para o anúncio do novo programa de compra de títulos do Banco Central. Incertezas geopolíticas ainda persistem no cenário. No entanto, atribuímos baixa probabilidade de reversão da tendência de recuperação da economia global

CENÁRIO ECONÔMICO BASIL

A economia brasileira tem apresentado dados mais sólidos de recuperação;
A taxa de desemprego já está em queda e os ganhos de salários em alta;
Os dados de crédito também têm apresentado melhora. As quedas da inadimplência e das taxas de juros devem intensificar a expansão do crédito no segundo semestre;

No Brasil, o Banco Central manteve a flexibilização da política monetária conforme o esperado e indicou que deverá moderar o ritmo de corte nas próximas reuniões. Como esperado, o Banco Central (BC) reduziu a taxa Selic em 100 pontos base (p.b.) e a taxa de juros básica atingiu 8,25% ao ano (a.a.). O comunicado da decisão indicou que caso as condições não se alterem, e em razão do estágio do ciclo de flexibilização, o Copom considera que é adequado a redução moderada no ritmo de corte da taxa de juros.



Diante disso, avaliamos que o mais provável é um corte de 75 p.b. na reunião de outubro. Na direção de sinalizar a continuidade no ciclo de corte de juros, o Relatório Trimestral de inflação (RTI) mostrou que no cenário de mercado (Focus) para as projeções de câmbio e Selic, o IPCA se situaria em 4,3% em 2018, 4,2% em 2019 e 4,1% em 2020. Portanto, nesse cenário de mercado o IPCA se encontraria ligeiramente abaixo da meta de inflação em 2018 (4,5%) e 2019 (4,25%). Vale notar que o cenário de mercado considerado corresponde a uma Selic de 7% ao final de 2017 e 2018, e 8% em 2019 e 2020. Em nossa análise, o fato das projeções de IPCA para 2019 e 2020 se encontrarem ao redor da meta de inflação, significa que o juro neutro nominal considerado atualmente pelo Banco Central se situa próximo a 8% a.a. Mantemos a visão que o atual ciclo de corte de juros será encerrado no patamar de 7% a.a. ao final desse ano, mas reconhecemos que existe uma assimetria para baixo nesse número diante das possíveis surpresas baixistas com os números de inflação

EXPECTATIVAS DE INVESTIMENTOS

RENDA FIXA

A curva de juros nominal continuou fechando no mês de setembro, trazendo resultado positivo, em relação ao CDI, em nossas posições ativas (nos vencimentos curtos e, principalmente nos médios). As taxas dos vencimentos curtos e médios recuaram significativamente. Já os vencimentos longos recuaram em menor medida, aumentando a inclinação da curva.

A curva de juros real acompanhou a dinâmica dos juros nominal, apresentando fechamento maior nos vencimentos curtos e médios (onde também temos concentradas nossas posições ativas), fechando em menor medida nos vencimentos mais longos, também apresentando ganho em relação ao CDI.

No mercado local, os dados de inflação continuaram mostrando surpresas baixistas, inclusive com a possibilidade de encerrar o ano abaixo do piso da meta de 3,0%. O Banco Central do Brasil segue reduzindo a taxa básica de juros e, após cortar a taxa em 1,0% em setembro sinalizando moderação no ritmo de queda para a reunião de outubro.

Para outubro, levemente poderá a posição ativa tanto em prefixados (curto e médio prazos) quanto em NTN-Bs (prazos intermediários), considerando que ainda há espaço



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SÃO JOSÉ DO RIO PARDO

para flexibilização da política monetária e que a taxa básica de juros poderá ficar em um patamar mais baixo por um período mais longo. As posições deverão começar a ser reduzidas à medida que começarmos a visualizar o fim do ciclo de corte de juros.

RENDA VARIÁVEL

O índice IBrX teve mais um mês de retorno expressivo, obtendo o quarto mês consecutivo com retorno de +4,69%, acumulando valorização de +24,29% no ano e +27,43% nos últimos 12 meses. O índice S&P 500 teve retorno de +2,02% no mês, acumulando +13,72% de valorização no ano e +17,88% nos últimos 12 meses (em moeda original). O investidor estrangeiro aumentou sua exposição em ações brasileiras em R\$ 3,8 bilhões no mês, aumentando o saldo positivo para R\$ 14,7 bilhões no ano. O investidor institucional local reduziu sua exposição em R\$ 1,0 bilhão no mês, voltando a ter saldo negativo no ano de R\$ 0,5 bilhão.

No cenário externo, as bolsas em geral tiveram comportamento ascendente ao longo do mês, mesmo tendo diminuído seu ímpeto de valorização após sinalização de mais uma alta de taxa de juros pelo FED até o fim do ano e aumento da preocupação de um novo conflito com a Coreia do Norte. Esses movimentos foram responsáveis também por impactar a bolsa brasileira. O sincronismo do otimismo para o comportamento do PIB em diversas regiões do globo, combinado com taxas de juros ainda baixas e inflação sob controle, continuaram exercendo pressão positiva para os ativos de risco em geral, em especial para os mercados de ações de países emergentes.

No mercado local, indicadores mais recentes continuam confirmando recuperação difundida de diversos setores da economia, com ênfase para o setor de consumo. Essa dinâmica pode ser explicada pela baixa inflação apresentada no passado, combinada com perspectivas de juros baixos por um tempo razoável, provocando uma recomposição de renda às famílias. Considerando a valorização expressiva da bolsa, a gestão permanece otimista no médio e longo prazo, considerando no lado positivo o aumento da atratividade da Renda Variável pela queda da taxa real de juros, combinada com a baixa exposição dos investidores locais. Por outro lado, o risco de novas tensões geopolíticas, a dificuldade do governo em implementar novas medidas de ajuste das contas públicas e o processo de retirada de estímulos pelo FED são pontos de atenção para os próximos meses.

IMP
Data: 27/11/17
Mário Aparecido Gusmão
Presidente do Conselho Administrativo do
Instituto Municipal de Previdência do
São José do Rio Pardo/SP

A estratégia da gestão é intensificar a seletividade nos ativos, privilegiando empresas com resultados importantes e com capacidade de se destacar neste processo de recuperação da economia.

O setor de Petróleo foi destaque de valorização devido a perspectivas de aumento de demanda da commodity. Os setores de Varejo e Educação também foram destaques, dada a alta correlação destes setores com o PIB. Os setores de Mineração e Siderurgia foram destaques negativos em função do rali já observado e provável fechamento de capacidades industriais de aço na China, pela queda do preço internacional do minério. O setor de Energia Elétrica também foi destaque devido a movimento de realização de lucros e incertezas sobre o cenário político local.

5 Estratégia de Alocação dos Recursos Previdenciários

5.1 Faixas de Alocação: Segmento Renda Fixa

RENDA FIXA	POLÍTICA APROVADA PELO CONSELHO ADM	Limite Resolução	Limites de Alocação (%)	Estratégia de Alocação (%)
			POSIÇÃO ATUAL	
Titulos Tesouro Nacional (Selic) - art. 7º I, "a"	-	100%	-	-
FI 100% titulos do TN – art. 7º, I, "b"	100%	100%	73,51%	65%
Op. Compromissadas com Titulos do TN – art. 7º, II	-	15%	-	-
FI Renda Fixa/Referenciados Renda Fixa – art. 7º, III	1%	80%	0%	0,75%
FI Renda Fixa – art. 7º, IV	30%	30%	23,30%	24,75%
Poupança – art. 7º, V	-	20%	-	-
FI em Direitos Creditórios - Aberto – art. 7º, VI	5%	15%	0%	1%
FI em Direitos Creditórios - Fechado – art. 7º, VII, "a"	-	5%	-	-
FI Renda Fixa "Crédito Privado" – art. 7º, VII, "b"	5%	5%	3,19%	5%



5.2 Faixas de Alocação: Segmento Renda Variável

RENDA VARIÁVEL	POLÍTICA APROVADA PELO CONSELHO ADM	Limite Resolução	Limites de Alocação (%)	Estratégia de Alocação (%)
			POSIÇÃO ATUAL	
FI Referenciados – art. 8º, I	10%	30%	0	1,25%
FI de Índices Referenciados em Ações – art. 8º, II	10%	20%	0	1%
FI em Ações – art. 8º, III	7,5%	15%	0	0,75%
FI Multimercado aberto – art. 8º, IV	2,5%	5%	0	0,5%
FI em Participações - Fechado – art. 8º, V	-	5%	-	-
FI Imobiliário – art. 8º, VI	-	5%	-	-

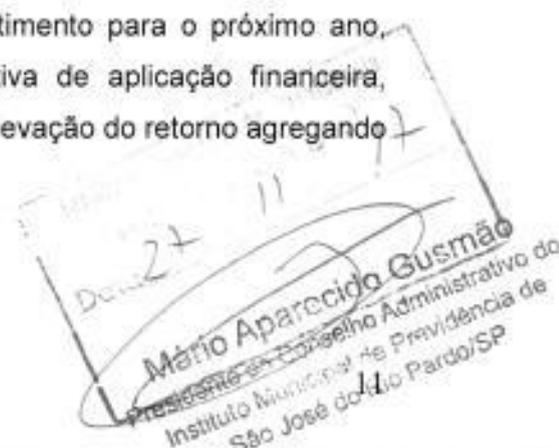
Responsável certificado: Seguimento Renda Fixa/Variável

Eduardo de Paula Marin – Diretor Financeiro – CPF 218.235.278-33

Certificação: ANBIMA – Validade: 09/06/2020 _____

6 Considerações do Comitê de Investimento

O Comitê de Investimento do Instituto Municipal de Previdência de São José do Rio Pardo, cumprindo todas as normas estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social, mantém a posição de investidor conservador, no horizonte do curto a médio prazo os indicadores apresentados nesta situação econômica nacional, retrata que a Renda Fixa na qual a gestão do IMP detém 100% com seus investimentos e que 96,81% são compostos de Títulos Públicos Federais atrelados aos índices de inflação e Selic, com isso irá dificultar a rentabilidade para estes ativos em razão da queda do prêmio pago pelo investimentos. Desta maneira, a Política de Investimento para o próximo ano, constará o seguimento Renda Variável como alternativa de aplicação financeira, possibilitando buscar novos ativos que será inevitável a elevação do retorno agregando também o grau de risco de mercado.



Mário Aparecido Gusmão
 Presidente do Conselho Administrativo do
 Instituto Municipal de Previdência de
 São José do Rio Pardo/SP

7 Disposições Gerais

A política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação.

A política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação efetiva.

As informações contidas na política anual de investimentos e suas revisões deverão ser disponibilizadas pelos responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social aos seus segurados e pensionistas, no prazo máximo de trinta dias, contados da data de sua aprovação observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. (Portaria MPS nº170 de 25/04/2012 art. 3, inciso VIII)

São José do Rio Pardo, 23 de Outubro de 2017.

Responsáveis pela elaboração da Política de Investimento

Comitê de Investimento

Fabiano Boaro de Sousa – Diretor Executivo _____

Eduardo de Paula Marin – Diretor Financeiro _____

Antônio Angelo de Andrade – Membro _____

Heloisa Helena Ernesto – Membro _____

Sandra Maria Biaco Viana – Membro _____

